

**A POLÍTICA, OS NEGÓCIOS E A FRONTEIRA: A ATUAÇÃO POLÍTICA E
COMERCIAL DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA NO ESPAÇO
FRONTEIRIÇO PLATINO (1835-1845)**

Cristiano Soares Campos¹
José Iran Ribeiro²

Introdução

O presente trabalho realiza alguns apontamentos sobre a trajetória³ de Domingos José de Almeida sua atuação política e comercial no espaço fronteiriço platino, dando ênfase a sua participação como Ministro da Fazenda ao longo da Guerra dos Farrapos (1835-1845). Domingos José de Almeida nasceu em 1797, na capitania de Minas Gerais, mais especificamente no Arraial do Tijuco (onde hoje atualmente localiza-se a cidade de Diamantina). Era filho de Domingos José de Almeida e Silva e de Dona Escolástica de Abreu. Seu pai era um português, sua mãe uma natural da freguesia mineira do Tijuco⁴.

Neste artigo demonstraremos como se constituiu o espaço fronteiriço platino e como os atores sociais, em especial os homens de negócios, utilizaram-se deste espaço para desenvolverem suas transações. A partir de breves apontamentos e reflexões sobre este espaço fronteiriço, abordaremos a atuação de Domingos José de Almeida frente os negócios ao longo da Guerra dos Farrapos (1835 – 1845), de que forma se deu sua inserção ao exército farroupilha, alguns de seus negócios como Ministro da Fazenda, e qual destino tomado por estes após o final da revolta.

1. O século XIX e o espaço fronteiriço platino: Apontamentos e reflexões

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História a Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista FAPERGS/CAPES.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria; Orientador.

³ Para o conceito de *trajetória*, utilizamos Pierre Bourdieu (2006) que considera essa noção como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a transformações. Esse caminho é construído a partir de acontecimentos e vínculos que se operam nas posições que esse indivíduo ocupa.

⁴ MARQUES, Letícia R. **Domingos José de Almeida e José Mariano de Matos: A questão dos negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845)**. Anais do XXVI Encontro Nacional de História. São Paulo, USP, p.1-15.

O século XIX, no qual entre 1835 – 1845 ocorreu a Guerra dos Farrapos na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, é caracterizado pela estruturação dos Estados Nacionais modernos na América Latina. As colônias portuguesas e espanholas existentes em quase todo Continente americano foram locais de transformações políticas e econômicas marcadas por conflitos e guerras civis nas disputas pelos territórios e nas disputas de poder.

O espaço fronteiriço platino, na transição dos séculos XVIII para o XIX possui como característica incessante disputa entre as Coroas Ibéricas. Devido à influência de ideias trazidos da Europa, o espaço fronteiriço platino além de um território de disputas tornou-se um território de formação de mentalidades e de lutas movidas por interesses particulares entre as elites⁵ locais e regionais⁶. As disputas de território pelos impérios de Portugal e Espanha tinham dentre seus objetivos a demarcação dos limites em suas colônias além de buscar uma maior influência nestes territórios.

Os grupos dirigentes mostraram especial atenção à definição das fronteiras – internas e externas – com o objetivo de se imporem frente a seus vizinhos e conquistarem hegemonia regional, ao mesmo tempo em que exploravam recursos naturais, que lhes permitiram ampliar suas bases econômicas⁷.

O contexto conturbado do século XIX resultaria na ocorrência de diversas revoltas em todo território brasileiro. A chegada da Corte portuguesa no Brasil, em 1808, ocasionou um desenvolvimento na conjuntura diferenciada daquelas vivenciadas nas colônias hispânicas. Já foi afirmado que “a presença da Corte nos últimos anos do período colonial teria tornado possível à solução monárquica no Brasil e, em consequência, a unificação do país e um governo relativamente estável”⁸. O governo implantado por Dom João VI organizou a estrutura administrativa da monarquia lusitana no território brasileiro, o que colaborou com a emancipação política do país.

⁵ Utiliza-se de Flávio Heinz ao se referir à elite, uma vez que para este, trata-se “de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referências a categorias ou grupos que parecem ocupar o topo” de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”. (HEINZ, 2006, p. 07).

⁶ PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo no espaço fronteiriço platino. A Revolução Farroupilha (1835-45)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de História da UFRGS. Porto Alegre, 1999.

⁷ S. LOPES, Aparecida de; ORTELLI, Sara. **Fronteiras americanas: entre interações e conflitos, séculos XVIII-XX**. Estudos de História, Franca, v. 13, n. 2, 2006.

⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Remule-Dumará, 1996, p.12.

Na economia, o estabelecimento do governo luso brasileiro no Rio de Janeiro e as medidas institucionais relacionadas a este Império no período Joanino foram demasiadamente importantes no processo que resultou na “abertura dos portos brasileiros às nações amigas” (1808) que terminavam definitivamente com a já frágil exclusivo Pacto Colonial⁹. Outras medidas tomadas pelo Império também merecem destaque, como os tratados de “Aliança e Amizade” e de “Comércio e Navegação” com a Inglaterra (1810)¹⁰.

Segundo Caio Prado Junior e Celso Furtado, a economia do Brasil na primeira metade do século XIX encontrava-se retraída, isto é, o desempenho satisfatório visto na segunda metade do século XVIII e as medidas tomadas por Dom João VI a partir de sua chegada no país não foram suficientes para que o Brasil mantivesse seu padrão de crescimento do século anterior¹¹. Em uma vertente diferente deste pensamento, o historiador João Fragoso acredita que na primeira metade do século XIX a economia colonial manteve-se em crescimento, inclusive aumentando seu volume de exportação e de incorporação de mão-de-obra¹².

O Rio Grande de São Pedro, na primeira metade do século XIX, já tinha definido o seu perfil básico: uma economia mercantilizada e fornecedora do mercado interno brasileiro e uma sociedade militarizada que se forjava nas lutas contínuas com os castelhanos. Neste momento, a economia agroexportadora do Brasil passa a ser vista pelo mercado europeu não apenas como fornecedora, mas também como compradora de bens manufaturados e vendedora de produtos primários. Essas relações comerciais estimularam a produção local a incorporar melhorias, porém não no grau esperado e necessário, pois aqui a lavoura e a pecuária utilizavam trabalho escravo e baixa monetização da força de trabalho, razões que dificultavam a incorporações de inovações¹³.

⁹ Antes da abertura dos Portos, os produtos que saíam do Brasil passavam, obrigatoriamente, pela alfândega em Portugal, assim como os produtos importados a serem enviados para a Colônia. O Pacto Colonial garantia a Portugal o monopólio do comércio exterior da Colônia. Nada se comprava ou vendia na Colônia sem passar antes por Portugal.

¹⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil. Colônia e Império**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 43-58.

¹¹ PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 123-142.

¹² FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

¹³ PESAVENTO, Sandra. Farrapos, Liberalismo e Ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985..

Nesse sentido, ao longo de todo o século XIX, o espaço fronteiriço platino esteve imerso em conflitos. As diversas guerras de independência dos países hispano-americanos, iniciadas em 1810, repercutiram de várias formas e em vários momentos na colônia portuguesa vizinha e, especialmente, envolveram a porção de território mais ao sul, em função da proximidade pela fronteira.

A província rio-grandense sempre esteve atrelada aos acontecimentos do espaço fronteiriço platino. Ressalta-se o caráter estratégico que o espaço geográfico rio-grandense possuía em relação aos interesses portugueses no Rio da Prata, e os farroupilhas souberam muito bem utilizar-se deste espaço durante o decênio da revolta, como veremos a partir de agora.

2. Homens de negócios, homens de fronteira: O espaço fronteiriço platino e as relações entre farroupilhas e seus vizinhos.

A fronteira no século XIX ao qual desenvolvemos nossos estudos transcende o que hoje conhecemos como limites políticos, no caso dos farroupilhas a fronteira presente no século XIX pode ser caracterizada que se estendia até onde iam seus interesses econômicos, o comércio e suas influências, não se restringindo a limites políticos. Essa fronteira vai mostrar uma integração mais acentuada entre rio-grandenses e uruguaios ou argentinos devido à questão comercial e política, pois muitos rio-grandenses tinham terras e bens na Banda Oriental.

Uma segunda consideración, derivada de la anterior es que las fronteras de una región no tienen la precisión limítrofe de las de los Estados Nacionales ni de las de sus divisiones internas, pues están sujetas em el tempo a la capacidad de territorialización de las élites regionales y de los grupos sociales dominantes, así como a los efectos provocados por los movimientos de población y las lógicas particulares nacidas de procesos económicos internos. Son em sí linderos y no limites¹⁴.

Na questão comercial, os negociantes das praças fronteiriças, em geral, efetuavam suas compras em Montevideu onde possuíam suas ligações e crédito aberto, o que nos

¹⁴ TARACENA ARRIOLA, Arturo. **Propuesta de definición histórica para región**. Estud. hist. mod. contemp. Mex, Jun 2008, no. 35, p.181-204. “Uma segunda consideração, derivada da anterior é que as fronteiras não são um limite da região precisa dos Estados nacionais, nem de suas divisões internas, estão sujeitos ao ritmo da capacidade de territorialização de elites regionais e grupos sociais dominantes, bem como os efeitos causados pela circulação de pessoas e em particular de lógicas nascidas de processos econômicos internos. São em si linderos e não limites em si”. [Tradução Nossa].

mostra mais uma vez a integração existente entre uruguaio e rio-grandenses. As mercadorias adquiridas pelos comerciantes apresentavam vantagens de preços e acondicionamento melhores do que as adquiridas nas praças de Rio Grande e de Porto Alegre¹⁵.

César Guazzelli investigou o período da Guerra dos Farrapos sob a perspectiva das intenções hegemônicas do Império do Brasil no Rio da Prata e do processo de formação dos Estados Nacionais nos territórios que pertenceram aos domínios espanhóis na região platina. Neste trabalho, podemos observar as estreitas relações comerciais e políticas e os acordos privados mantidos entre os rio-grandenses e seus vizinhos. O autor destacou a importância fundamental dos negociantes de Montevidéu para a sobrevivência dos sediciosos farroupilhas na luta contra o Império¹⁶. Segundo Guazzelli:

Estas amizades entre caudilhos dos lados opostos da fronteira, em função de interesses eventualmente comuns ou de parentesco e compadrios estabelecidos, superam muitas vezes as determinações dos governos aos quais serviam como militares. Era mais fácil ao caudilho compreender o outro caudilho, mesmo que teoricamente um inimigo, do que as aspirações de uma organização política mais elevada [...] Mesmo tendo havido a Guerra da Cisplatina [...] estas alianças se recompuseram e a partir dos anos 30, e dificilmente acontecimentos no Estado Oriental ou no Rio Grande deixavam de fora caudilhos do outro lado da fronteira, o que seria uma característica durante todo o século XIX¹⁷.

A questão portuária, visando o escoamento da produção também era um fator aglutinador entre farroupilhas e seus vizinhos. Segundo Susana Bleil Souza, a frequente utilização do porto de Montevidéu para o escoamento da produção de charque. Segundo Souza, a utilização deste porto se dava por alguns fatores:

Além dos fretes e seguros mais baratos, de qualquer parte do mundo para Montevidéu, devia-se agregar ainda os prejuízos que no litoral rio-grandense resultavam das baldeações, mutilações de volantes, extravios e avarias que representavam capitais imobilizados¹⁸.

¹⁵ SOUZA, Susana Bleil. **A fronteira “gaúcha” e a intermediação regional no porto de Montevidéu no início do século XX**. RILA. Revista de Integração Latino-Americana. Universidade Federal de Santa Maria. Volume I. 2º Semestre de 2008.

¹⁶ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997. Guazzelli utilizou como fontes os tratados, as proclamações, leis e medidas administrativas, entre outros documentos, que informavam a respeito das tratativas entre os rebeldes sul-rio-grandenses com seus aliados platinos e as negociações do Império do Brasil com o Estado Oriental e com a Confederação Argentina.

¹⁷ Ibid. p. 140.

¹⁸ SOUZA, Susana Bleil. Op. Cit.

Ainda sobre as questões envolvendo farroupilhas, Banda Oriental e o porto de Montevidéu, Henrique Pinheiro de Vasconcellos nos diz:

Bem conhecidos eram os fatores que atraíam para o porto de Montevidéu a produção da fronteira “gaúcha”, em lugar da utilização do porto de seu próprio estado: as charqueadas e frigoríficos da fronteira levavam menor tempo em fazer chegar a sua produção a Montevidéu do que ao porto de Rio Grande e, além do frete ferroviário ser menor, os impostos e gastos suplementares que oneravam as exportações pelo porto gaúcho eram evitados. Além disso, o volume e abundância de cargas maiores no porto de Montevidéu tornavam os seus fretes marítimos mais baratos do que os do porto de Rio Grande ¹⁹.

E esta relação envolvendo o Estado Farroupilha e seus vizinhos do Prata transcendia a utilização dos portos, segundo Guazzelli, os castelhanos forneciam os cavalos e petrechos de guerra para as frentes de batalha farroupilhas, o que viabilizava as condições necessárias para a continuidade do conflito²⁰.

3. De charqueador a Ministro: a atuação política e comercial de Domingos José de Almeida na Guerra dos Farrapos.

Domingos José de Almeida era tropeiro em Minas Gerais, quando resolveu migrar para o Rio Grande do Sul, no ano de 1819, para reunir tropas de mulas e levá-las até Sorocaba. Em meio a desencontros e percalços ocorridos nesta jornada, Almeida acabou estabelecendo-se na Vila de São Francisco de Paula (atual cidade de Pelotas), onde logo abriu um escritório destinado à venda de charque para o centro do país e para o exterior.

Almeida casou-se com Bernardina Barcelos de Lima, em 1824, o que lhe possibilitou estreitar laços na região, tendo em vista que a família da esposa, ao contrário da sua, era considerada uma família de distinta ascendência na região, o que facilitou para que este se destacasse como um dos mais fortes charqueadores desta localidade. É a partir de seu casamento com Bernardina que Almeida consegue ingressar no seletivo grupo dos principais charqueadores da Vila de São Francisco.

¹⁹ VASCONCELOS, Henrique Pinheiro de. **Uruguay-Brasil. Comercio e Navegação 1851- 1927**. V.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

²⁰ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Op. cit.

Carla Menegat ao estudar a rede social de Almeida e Bernardina, analisou a formação da elite charqueadora na então Vila de São Francisco de Paula, apontando as estratégias familiares, políticas e econômicas que permitiram sua reprodução social, que estão intrinsecamente ligadas às possibilidades de mobilidade e espaços ocupados na sociedade.²¹ A partir de seu casamento sua ascensão social se deu de forma bastante dinâmica, e ao iniciar a Guerra dos Farrapos, Almeida já figurava como um dos principais charqueadores do Rio Grande do Sul, além de ser considerado “um dos homens mais cultos da região”²². É devido às condições econômicas e sociais adquiridas por Domingos José de Almeida após o seu casamento, e a ascensão e prestígio que este vai adquirindo em sua região que este foi designado a ocupar importantes cargos durante a Guerra dos Farrapos. Almeida foi, dentre outras funções, Ministro da Fazenda e Ministro do Interior, cuja seu papel foi reconhecido por autores como Urbano Lago Villela, como de “um republicano autêntico nas fileiras da Revolução”²³.

Antes de ingressar ao exército Farrapo, Almeida já vinha desempenhando alguns cargos na política local foi vereador na Vila de São Francisco de Paula e eleito deputado provincial da 1ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul. No seu mandato lançou a campanha de alfabetização no Rio Grande do Sul, inconformado com o fato do Paraguai ter 408 escolas públicas e a província local nenhuma. Era Almeida o secretário responsável pela ata da reunião na Loja Maçônica Philantropia e Liberdade que decidiu pelo início da Guerra dos Farrapos²⁴.

Os cargos assumidos por Almeida ao longo da Guerra dos Farrapos vieram a solidificar a sua imagem no cenário gaúcho, assumir o Ministério e fazer parte da administração da então República Rio-Grandense era privilégio de poucos levando-se em consideração o poder atribuído a tal cargo, bem como a condição e o status social que lhe eram agregados. Os cargos de Ministros exigiram de Almeida muita capacidade de comando, mas estas só seriam valorizadas de acordo com a condição socioeconômica de determinado indivíduo, acompanhado das redes de relações sociais por esse

²¹ MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

²² SPALDING, Walter. **Revolução Farroupilha**. Petroquímica Triunfo, 1987, p. 65).

²³ VILLELA, Urbano Lago. **O fundador de Uruguaiana – Domingos José de Almeida**. 1977, p. 44.

²⁴ SPALDING, Walter. Op. cit. p. 77.

estabelecidas, onde postos e cargos eram atribuídos a pessoas de um mesmo âmbito social²⁵.

Na documentação com que trabalhamos até o presente momento, cartas presentes na Coleção Varela observamos em sua maioria, Almeida fazendo transações comerciais em nome do exército farroupilha. Sabemos que mesmo Almeida realizando em sua maioria negócios em nome dos Farroupilhas, este também buscou benefícios pessoais, visando uma lucratividade para seus negócios particulares, como em um dos casos que trabalharemos a seguir.

Observamos os mais diversos tipos de negócio realizados por Domingos José de Almeida enquanto Ministro, desde negócios realizados para particulares até negócios realizados em nome do exército farroupilha. Neste trabalho apresentaremos dois casos. O primeiro é um pedido de empréstimo feito por Antonio José de Abreu:

[...] como agora acontece, que tendo antes de ontem pedido recurso para o hospital agora o faço para mim, estou bem certo [sobre o?] que me mandou dizer, porém a necessidade a tudo obriga e por isso um ou dois patações tudo é suficiente para quem não tem vintém e nem a quem pedir se não for a V. Ex.a.²⁶

Esta relação que envolve pedidos de empréstimo a Almeida fizeram este solidificar ainda mais sua rede de contatos, pois, no momento que o empréstimo era efetuado o credor criava uma dívida, não apenas com a República Farroupilha, mas também de favor a Domingos José de Almeida. Neste caso específico analisado, a resposta foi positiva, sendo enviados três patações para Antonio José de Abreu²⁷.

O outro negocio realizado foi intermediado por Domingos José de Almeida, que sabendo da venda de um lanchão novo por Luís Neves, indicou a Joaquim dos Santos Prado Lima, então Coletor Geral da vila de Alegrete, a compra imediata do mesmo, visando a segurança sobre o rio Uruguai.

Manda o Exmo. Sr. Presidente do Estado que V.S^a, depois de informado do estado de tudo, efetue a referida compra, visto ser indispensável uma embarcação apropriada para o registro da Repartição Fiscal mais interessante sobre o rio Uruguai, e em consequência faça a entrega, na parte indicada²⁸.

²⁵ MARQUES, Letícia R. Op. cit. p. 5

²⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul- AHRGS, Volume 2, CV –26, p. 28.

²⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul- AHRGS, Volume 2, CV – 26, p. 28..

²⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul- AHRGS, Volume 2, CV – 303, p. 239.

Neste episódio, envolvendo a compra do lanchão, observamos Domingos José de Almeida aproveitando-se do cargo para conseguir benefícios próprios, pois este, sabendo das dificuldades financeiras enfrentadas pelo exército farroupilha, se propôs em armar com suas próprias finanças um lanchão para fazer o curso do alto-mar nas águas da barra de Rio Grande contra as embarcações imperiais, tirando dele ao mesmo tempo, todas as vantagens que se pudessem colher, e todos os ganhos a partir do que fosse apreendido²⁹. O chefe de polícia do Departamento do Boqueirão acaba por ceder aos pedidos de Almeida e faz a aquisição de dois lanchões para o exército farroupilha³⁰.

Estes, como salientamos anteriormente, são apenas dois casos de quais tipos de negócios realizados por Domingos José de Almeida enquanto Ministro da Fazenda. Estes casos foram selecionados por serem, em certa forma distintos (um com interesse particular e outro em nome do exército farroupilha) e assemelham-se muitos aos outros negócios realizados por Almeida neste período.

Após o fim da Guerra dos Farrapos, Domingos José de Almeida retornou a Pelotas e reestruturou suas finanças em dez anos. Almeida abriu o jornal diário *Brado do Sul*, em Pelotas, que veio a funcionar entre 1858 a 1861. O seu objetivo com o Jornal era possibilitar a publicação de uma série de artigos e documentos sobre a Revolução Farroupilha³¹.

Sabemos que pesquisar o comércio no espaço fronteiro platino em um período como a Guerra dos Farrapos possui um vasto campo a ser analisado, aqui procuramos demonstrar de forma bastante compacta nossos resultados, muitos outros casos envolvendo o comércio, dos mais diversos bens (gado, manufaturas, escravos, armas e etc.), já foram analisados e serão trabalhados em outro momento.

²⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul- AHRGS, Volume 2, CV – 285, p. 230.

³⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul- AHRGS, Volume 2, CV – 331, p. 255.

³¹ SPALDING, Walter. Op. Cit. p. 134.

4. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Carla Adriana. **A Casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha**. São Leopoldo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína.; FERREIRA, M. de M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Remule-Dumará, 1996.

CUNHA, José Zeferino da. **Apontamentos para a História da Revolução Farroupilha de 1835**. Pelotas: Typografia da Livraria Americana Pintos & C., 1902.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997

HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira: Família, Sociedade e Poder no Sul da América Portuguesa – Século XVIII**. 2006. 479 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.



LAYTANO, Dante. **História da República Rio-Grandense**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.

MARQUES, Letícia Rosa. Domingos José de Almeida e José Mariano de Matos: **A questão dos negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MOTA, Antonia da Silva. **As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: Edufma, 2012.

PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo no espaço fronteiroço platino. A Revolução Farroupilha (1835-45)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de História da UFRGS. Porto Alegre, 1999.

PESAVENTO, Sandra. Farrapos, Liberalismo e Ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978

_____. **Evolução Política do Brasil. Colônia e Império**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SOUZA, Susana Bleil. **A fronteira “gaúcha” e a intermediação regional no porto de Montevideú no início do século XX**. RILA. Revista de Integração Latino-Americana. Universidade Federal de Santa Maria. Volume I. 2º Semestre de 2008.

SPALDING, Walter. **Revolução Farroupilha**. Petroquímica Triunfo, 1987.

S. LOPES, Aparecida de; ORTELLI, Sara. **Fronteiras americanas: entre interações e conflitos, séculos XVIII-XX**. Estudos de História, Franca, v. 13, n. 2, 2006.



TARACENA ARRIOLA, Arturo. Propuesta de **definición histórica para región**. *Estud. hist. mod. contemp. Mex*, Jun 2008, no. 35, p.181-204.

VASCONCELOS, Henrique Pinheiro de. **Uruguay-Brasil. Comercio e Navegação 1851- 1927**. V.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

VILLELA, Urbano Lago. **O fundador de Uruguaiana – Domingos José de Almeida**. 1977, p. 44

Fontes Documentais

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais**, Coleção Varela, vol.2, Porto Alegre, 1978.